



# Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá - PE.

CASA GILSON FERREIRA DE ARAÚJO  
FUNDADA EM 01/12/1962

## CÂMARA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ ESTADO DE PERNAMBUCO

**INFORMATIVO N° 006/2023 – RESPOSTA DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES E GABARITOS**  
CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o INFORMATIVO 006 – Resposta dos Recursos Contra Questões e Gabaritos, conforme a seguir:

### NÍVEL SUPERIOR

#### 1ª PARTE – PORTUGUÊS

1

QUESTÕES	QUESTÃO EM RECURSO	RESULTADO E RESPOSTA DO RECURSO
04	04	<b>INDEFERIDO</b> <b>GABARITO MANTIDO: B</b>  Morfologicamente, o elemento grifado do enunciado “O <u>que</u> temos visto nos últimos tempos é uma <i>avalanche de conteúdos fraudulentos de todos os tipos</i> ”, classifica-se como pronome relativo. Tal classificação também ocorre nas demais alternativas, EXCETO, na <b>B</b> - “É inegável <u>que</u> a proliferação de novos canais de informação...” -, cuja categorização do QUE é de conjunção integrante.
08	08	<b>INDEFERIDO</b> <b>GABARITO MANTIDO: A</b>  O verbo destacado do fragmento “e <u>identificar</u> os preconceitos na mídia” exige complemento (objeto direto) por ser transitivo direto, como os demais verbos das outras alternativas, EXCETO, da alternativa <b>A</b> , cujo verbo é de ligação, logo, sem exigência de complemento.
11	11	<b>INDEFERIDO</b> <b>GABARITO MANTIDO: E</b>  O verbo assistir, no enunciado reescrito, está empregado no sentido de ‘presenciar, testemunhar’, portanto, exige complemento com o uso da preposição ‘a’, tendo em vista que, com o conhecimento ético e diante das oportunidades que o ambiente virtual proporciona – para além do combate à desinformação –pode-se assistir (ver) ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania, caso a educação midiática seja aprendida e utilizada. Portanto, a única alternativa incorreta é a E, em que a regência do verbo SIMPATIZAR exige a preposição ‘com’, e não, ‘por’ nem variações desta.
13	13	<b>INDEFERIDO</b> <b>GABARITO MANTIDO: D</b>  A questão versa sobre flexão verbal e solicita a alternativa correta. Assim, a única alternativa adequada é a letra <b>D</b> , cujo verbo INTERVIR atende às normas de conjugação na 3ª pessoa do plural: ‘intervieram’. Nas demais alternativas, há flexões verbais inadequadas.



# Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá - PE.

CASA GILSON FERREIRA DE ARAÚJO  
FUNDADA EM 01/12/1962

## 2ª PARTE – CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

CARGOS: 01 – ASSESSOR CONTABIL

QUESTÕES	QUESTÃO EM RECURSO	RESULTADO E RESPOSTA DO RECURSO
17	17	<p>A questão solicita do candidato conhecimentos acerca dos livros contábeis. Para tanto, apresenta o conceito de um dos livros e pede que o candidato identifique ao qual se refere. Veja-se:</p> <p>“No _____ estão registradas todas as movimentações da empresa, organizadas por conta. Trata-se de um documento obrigatório através do qual se tem o controle dos registros contábeis ainda em aberto, permitindo aferir o resultado final do exercício. A alternativa que preenche adequadamente a lacuna é:”</p> <p>A única alternativa que responde adequadamente à questão é a letra “B”.</p> <p>Isto porque, pelo comando da questão ficam evidentes as seguintes características: registro de todas as movimentações da empresa, organizadas por conta; controle dos registros contábeis ainda em aberto; aferição do resultado final do exercício. O único livro que permite a existência concomitante destas três características é o Livro Razão.</p> <p>Afirmar que o livro razão é obrigatório não invalida a questão, posto que sua obrigatoriedade existe, ainda que condicionada ao tipo de regime tributário adotado pela empresa, elemento não abordado na questão.</p> <p>Saliente-se que o mérito da questão reside na correta identificação, pelo candidato, das características distintivas entre o livro razão e os outros livros indicados nas demais alternativas, aí incluídas as características acima indicadas. Não se exigiu do candidato o conhecimento acerca da distinção da obrigatoriedade do livro razão para cada tipo de regime tributário, apenas citando haver previsão legal de sua obrigatoriedade.</p> <p><b>Recurso Improcedente. Resposta: alternativa “B”. Gabarito mantido.</b></p>
27	27	<p>A exige que o candidato, com base no Código de Ética Profissional do Contador, NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019, analise as proposições e assinale a alternativa que indique corretamente apenas as proposições que indiquem o que é <b>defeso</b> ao contador, ou seja, <b>o que lhe é proibido pelo Código de Ética.</b></p> <p>Diz a proposição "I - Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade." <b>A referida proposição "I" é Falsa, por não se tratar de uma proibição, e sim de um dever</b> do contador, previsto no Item 4, (c), do referido Código de Ética.</p> <p>Diz a proposição "II - Comunicar, desde logo, ao cliente ou ao empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa gerar riscos e ameaças ou influir na decisão daqueles que são usuários dos relatórios e serviços contábeis como um todo." <b>A referida proposição "II" é Falsa, por não se tratar de uma proibição, e sim de um dever</b> do contador, previsto no Item 4, (i), do referido Código de Ética.</p> <p>Diz a proposição "III - Emitir referência que identifique o cliente ou o empregador, com quebra de sigilo profissional, em publicação em que haja menção a trabalho que tenha realizado ou orientado, salvo quando autorizado por eles." <b>Proposição correta</b>, conforme previsão no Item 5, (o), do referido Código de Ética.</p> <p>Diz a proposição "IV - Reter abusivamente livros, papéis ou documentos, inclusive arquivos eletrônicos, comprovadamente confiados à sua guarda, inclusive com a finalidade de forçar</p>

2



# Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá - PE.

CASA GILSON FERREIRA DE ARAÚJO  
FUNDADA EM 01/12/1962

		<p>o contratante a cumprir suas obrigações contratuais com o profissional da contabilidade, ou pelo não atendimento de notificação do contratante.". <b>Proposição correta</b>, conforme previsão no Item 5, (i), do referido Código de Ética.</p> <p>Dessa forma, a única alternativa que indica corretamente as únicas proposições corretas é a alternativa "D".</p> <p><b>Recurso improcedente. Resposta: alternativa "D". Gabarito mantido.</b></p>
28	28	<p>A questão apresenta duas proposições solicita que o candidato as analise em conformidade com o que é estabelecido no Código de Ética Profissional do Contador.</p> <p><b>A proposição I, afirma que:</b> "Ao contador deverá, é permitido a aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento."</p> <p>Tal proposição é <b>FALSA</b>. Tanto a obrigatoriedade da conduta descrita, induzida pela palavra "deverá", quanto a permissividade da mesma, induzida pela expressão "é permitido", tornam a proposição falsa. Isso porque, conforme disposto no item 18, (b), do Código de Ética Profissional do Contador, <b>o contador deve se abster</b> de praticar a conduta descrita na proposição, o que torna a proposição falsa.</p> <p><b>A proposição II, afirma que:</b> "Com relação aos colegas, a conduta do contador deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe."</p> <p>Tal proposição é VERDADEIRA, estando em conformidade com o item 16, do Código de Ética Profissional do Contador.</p> <p>Portanto, a única alternativa que responde corretamente ao que foi solicitado na questão é a alternativa "B".</p> <p><b>Recurso Improcedente. Resposta: alternativa "B". Gabarito mantido.</b></p>

3

## CARGOS: 02 – ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO/ 06 - TECNICO DE AUDITORIA

QUESTÕES	QUESTÃO EM RECURSO	RESULTADO E RESPOSTA DO RECURSO
29	29	<p>A questão solicita que o candidato analise as proposições apresentadas e assinale a única alternativa que indica as proposições <b>FALSAS</b>.</p> <p>A proposição "I - O prazo prescricional é de oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência." está <b>VERDADEIRA</b>, pois encontra-se em conformidade com o caput do artigo 23 da Lei de Improbidade Administrativa.</p> <p>A proposição "II - A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos atos ilícitos de improbidade administrativa interrompe o curso do prazo prescricional, começando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de cento e oitenta dias estipulado para a sua conclusão." está <b>FALSA</b>, haja vista que conforme o §1º da referida lei, a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos atos ilícitos de improbidade administrativa <b>suspende</b>, e não interrompe o curso do prazo, como afirma a proposição.</p> <p>A proposição "III – A publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal de Justiça que confirma acórdão de improcedência ou que reforma acórdão condenatório interrompe o</p>



# Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá - PE.

CASA GILSON FERREIRA DE ARAÚJO  
FUNDADA EM 01/12/1962

4

		<p>prazo prescricional.” também está <b>FALSA</b>, uma vez que a lei estabelece em seu art. 23, §4º, V, que: O prazo da prescrição referido no caput deste artigo interrompe-se: V - pela publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.</p> <p>A proposição “IV - Interrompida a prescrição, o prazo recomeça a contar do dia da interrupção, pelo prazo de quatro anos.” está <b>VERDADEIRA</b>, pois encontra-se em conformidade com o artigo 23, §5º da Lei.</p> <p>A proposição “V - A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade.” também está <b>VERDADEIRA</b>, uma vez que encontra-se em conformidade com o artigo 23, §6º da Lei.</p> <p>Logo, a <b>única alternativa que indica apenas as proposições falsas é a alternativa B</b>, razão pela qual o gabarito deve ser mantido.</p> <p><b>Recurso Improcedente. Resposta: alternativa “B”. Gabarito mantido.</b></p>
30	30	<p>A questão solicita que o candidato analise as proposições em verdadeiras ou falsas e, após, assinale a única alternativa que indique a sequência correta de respostas. Vejam-se as proposições formuladas:</p> <p>( ) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deverão manter, de forma integrada, sistemas de controle interno e externo. – Esta proposição é <b>FALSA</b>. Conforme dispõe o artigo 74 da Constituição Federal, é dever dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manter, de forma integrada, sistema de controle interno. O sistema de Controle Externo é de responsabilidade do Poder Legislativo, apenas.</p> <p>( ) A fiscalização do Município será exercida mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno, cujas competências são do Poder Executivo Municipal e do Poder Legislativo Municipal, respectivamente. – Esta proposição é <b>FALSA</b>. Ao utilizar o termo “respectivamente”, a proposição coloca como sendo competência do poder executivo realizar o controle externo e do poder legislativo realizar o controle interno, quando na verdade a Constituição Federal, em seu artigo 31, estabelece justamente o contrário.</p> <p>( ) As contas dos Municípios ficarão, durante cento e vinte dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei. – Esta proposição é <b>FALSA</b>. Conforme dispõe o artigo 31, §3º, da Constituição Federal, esse prazo é de 60 (sessenta) dias, e não de 120 (cento e vinte) dias como afirmado na proposição.</p> <p>( ) Em razão da vedação constitucional, só existem Tribunais de Contas no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal, não havendo Tribunais de Contas Municipais. – Esta proposição é <b>FALSA</b>. Conforme dispõe o artigo 31, §4º, da Constituição Federal, é vedada a criação, de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, mas a própria Constituição não extinguiu os já então existentes, como é o caso dos Tribunais de Contas Municipais do Rio de Janeiro e São Paulo.</p> <p>( ) A fiscalização do Poder Executivo no âmbito dos municípios será exercido mediante sistemas de controle interno a cargo da Câmara de Vereadores e com o auxílio do Tribunal de Contas Estadual. – Esta proposição é <b>FALSA</b>. Note-se que a proposição estabelece que o controle <b>interno do poder executivo no âmbito dos Municípios</b> será exercido pela da Câmara de Vereadores e com o auxílio do Tribunal de Contas Estadual, quando na verdade, conforme dispõe o artigo 71, §4º, da Constituição Federal, é o controle <b>externo</b> que é de competência da Câmara de Vereadores.</p> <p><b>Assim, fica evidente que TODAS as proposições são FALSAS, motivo pelo qual a única alternativa que responde adequadamente a questão é a alternativa “E”.</b> Desta forma, é imperiosa a manutenção do gabarito preliminar.</p>



# Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá - PE.

CASA GILSON FERREIRA DE ARAÚJO  
FUNDADA EM 01/12/1962

36	36	<p><b>Recurso Improcedente. Resposta: alternativa "E". Gabarito mantido.</b></p> <p>A questão exige que o candidato assinale a única alternativa que indique corretamente as <b>únicas fontes materiais</b> do Direito Administrativo entre as alternativas.</p> <p>Consideram-se fontes materiais do Direito Administrativo aquelas que são produzidas fora do ambiente institucional, em contraposição às fontes formais, que passam a constituir diretamente o direito aplicável, emanadas do Estado através de processos formais estabelecidos pela ordem jurídica.</p> <p>A respeito desses conceitos, vide: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. – 32. ed. – Rio de Janeiro: Forense; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO.</p> <p>Nesse sentido, as leis não podem ser consideradas fontes materiais do Direito Administrativo, porque emanam do Estado, que as institui através de processos formais estabelecidos pela ordem jurídica.</p> <p><b>Excluindo-se as leis, verifica-se que as alternativas "A", "B", e "C" estão incorretas.</b></p> <p>A alternativa "D" está <b>correta</b>, pois indica como fontes materiais do Direito Administrativo a jurisprudência, a doutrina e o costume. Todas essas fontes são consideradas materiais porque são produzidas fora do ambiente institucional, sem obedecer a processos formais estabelecidos pela ordem jurídica para constituição direta do direito.</p> <p>Já a alternativa "E" está <b>incorreta</b> porque indicaria que, dentre as alternativas apresentadas, a única fonte material do direito administrativo seria o costume. Ao fazê-lo, a alternativa "E" afirma não serem fontes materiais de direito administrativo a jurisprudência e a doutrina, também indicadas na alternativa "D", o que torna a alternativa "E" incorreta.</p> <p><b>Recurso improcedente. Resposta: alternativa "D". Gabarito mantido.</b></p>
----	----	--

5

## CARGOS: 03 – ASSESSOR DE OUVIDORIA

QUESTÕES	QUESTÃO EM RECURSO	RESULTADO E RESPOSTA DO RECURSO
16	16	<b>INDEFERIDO.</b> O candidato alegou que não existe o File Explorer no Windows 10/11. Depois de análise realizada pela banca examinadora, foi constatado que o File Explorer é o nome do antigo Windows Explorer, que se tornou oficial nas versões do Windows 10 e 11, a resposta do gabarito preliminar permite abrir uma nova janela quando se está no ambiente do File Explorer. A alternativa permanece a letra "C", conforme gabarito preliminar.
19	19	<b>INDEFERIDO.</b> O candidato alegou que nenhuma das questões responde ao enunciado. Depois de análise realizada pela banca examinadora, constatou-se que a questão está correta, conforme documentação oficial do 7-Zip, não é permitido compactar arquivos com a extensão RAR. A alternativa permanece a letra "A", conforme gabarito preliminar.  <b>INDEFERIDO.</b> O candidato alegou que nenhuma das questões responde ao enunciado. Depois de análise realizada pela banca examinadora, constatou-se que a questão está correta, conforme documentação oficial do 7-Zip, não é permitido compactar arquivos com a extensão RAR. A alternativa permanece a letra "A", conforme gabarito preliminar.
26	26	<b>INDEFERIDO.</b> O candidato alegou que a questão não tem gabarito, e informou que o plano inicial é de 100Gb oferecido pelo Microsoft 365. A banca examinadora esclarece que a questão envolve a suíte de aplicativos Microsoft Office 365 e não o Microsoft 365 conforme informado pelo candidato. Depois de análise realizada pela banca examinadora, constatou-se que a questão está correta. A alternativa permanece a letra "C", conforme gabarito



# Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá - PE.

CASA GILSON FERREIRA DE ARAÚJO  
FUNDADA EM 01/12/1962

		preliminar.  <b>INDEFERIDO.</b> O candidato alegou que a banca não considerou os planos gratuitos e iniciais. A banca examinadora esclarece que a questão envolve a suíte de aplicativos Microsoft Office 365 e não existe plano gratuito para o Microsoft Office 365. Depois de análise realizada pela banca examinadora, constatou-se que a questão está correta. A alternativa permanece a letra “C”, conforme gabarito preliminar.
37	37	<b>INDEFERIDO.</b> O candidato informa que a questão tem duas respostas. Depois de análise realizada pela banca examinadora, constatou-se que a questão está correta, todas as opções do enunciado são softwares de armazenamento em nuvem, exceto a alternativa “E” da questão que não é um software de armazenamento em nuvem. A alternativa permanece a letra “E”, conforme gabarito preliminar.

6

## NÍVEL MÉDIO

CARGO: 07 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

### 1ª PARTE – PORTUGUÊS

QUESTÕES	QUESTÃO EM RECURSO	RESULTADO E RESPOSTA DO RECURSO
04	04	<b>INDEFERIDO</b> <b>GABARITO MANTIDO: E</b> A questão trata acerca do valor semântico do operador argumentativo ‘MAS’, no enunciado: ‘ <u>M</u> as tão importante quanto administrar a transição da gestão, é planejar o futuro desse sucedido’, solicitando a marcação da alternativa cujo termo não possui o mesmo sentido. Apenas a alternativa E está inadequada, tendo em vista que o conectivo ‘Portanto’ indica conclusão.
13	13	<b>INDEFERIDO</b> <b>GABARITO MANTIDO: C</b> A questão aborda o emprego adequado da pontuação, cuja alternativa correta é a letra C. Na referida alternativa, o enunciado “Segundo o Governo Federal, somente este ano - até 1º de maio - já foram resgatados 1.201 trabalhadores de condições análogas à escravidão.”, foi pontuado na primeira ocorrência para isolar um termo deslocado; na segunda, para destacar o trecho, podendo ser substituído também por vírgulas, sem prejuízo sintático ou semântico. Nas demais alternativas, há incorreções no emprego da pontuação.
14	14	<b>INDEFERIDO</b> <b>GABARITO MANTIDO: B</b> A questão pede que seja indicada a alternativa correta no tocante aos enunciados apresentados. A única alternativa correta é a B, pois os termos ‘alinhado’ e ‘realmente’ são formados pelo processo de derivação das palavras – parassintética (acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo) e sufixal (acréscimo de sufixo), respectivamente. As demais alternativas contêm incoerências. No caso da alternativa C, está inadequada, pois o vocábulo ‘até’ é oxítono.



# Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá - PE.

CASA GILSON FERREIRA DE ARAÚJO  
FUNDADA EM 01/12/1962

## 2ª PARTE – CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÕES	QUESTÃO EM RECURSO	RESULTADO E RESPOSTA DO RECURSO
16	16	<b>INDEFERIDO.</b> O candidato teve uma interpretação equivocada. O que diz na alternativa “E” é: <i>Qualquer número natural que seja par poderá ser dividido por algum outro número par.</i> Ser dividido por “ <b>algum</b> outro par” não significa ser dividido por zero. Alternativa correta: <b>A.</b>
23	23	<b>DEFERIDO.</b> Questão anulada.
29	29	<b>DEFERIDO.</b> Questão anulada.
40	40	<b>DEFERIDO.</b> Questão anulada.

## NÍVEL FUNDAMENTAL

7

CARGOS: 09 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS/ 10 - COPEIRA

## 1ª PARTE – PORTUGUÊS

QUESTÕES	QUESTÃO EM RECURSO	RESULTADO E RESPOSTA DO RECURSO
04	04	<b>INDEFERIDO</b> <b>GABARITO MANTIDO: A</b> A questão refere-se às normas da acentuação gráfica em vigor. Assim, os vocábulos ‘família’ e ‘camponês’ são acentuados por serem, respectivamente, paroxítona terminada em ditongo e oxítona terminada em ‘es’. Nas demais alternativas, há incorreções no tocante às regras de acentuação. No caso da letra C, não existe a regra ‘proparoxítona terminada em ditongo para acentuar o vocábulo nem a de paroxítona terminada em ‘s’.

## 2ª PARTE – CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÕES	QUESTÃO EM RECURSO	RESULTADO E RESPOSTA DO RECURSO
28	28	<b>INDEFERIDO.</b> O candidato teve uma interpretação equivocada da questão. Como a tinta das cinco latas estavam <b>preparadas</b> , ou seja, misturadas com água, o total de tinta é $18 \times 5 \times 1,2 = 108$ litros. Após uso de 50% desse volume, restou 54 litros. Alternativa correta: <b>E.</b>
31	31	<b>INDEFERIDO.</b> Como o candidato cita, a proporcionalidade entre duas figuras geométricas se dá quando apresentam ângulos semelhantes e lados correspondentes proporcionais. Ocorre que não se levou em consideração que se duas figuras são semelhantes, rotacionar uma delas não desfaz a semelhança. Ao girar um retângulo em $90^\circ$ a altura passa a ser comprimento e vice-versa. Portanto, considerando que tanto a altura quanto o comprimento de um retângulo estão entre os mesmos ângulos ( $90^\circ$ ), temos que $3:24::8:64$ é uma proporção. Alternativa correta: <b>C.</b>

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá, 03 de outubro de 2023.

**Ailton Santos Barbosa de Aguiar**  
**Presidente da Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá/PE.**